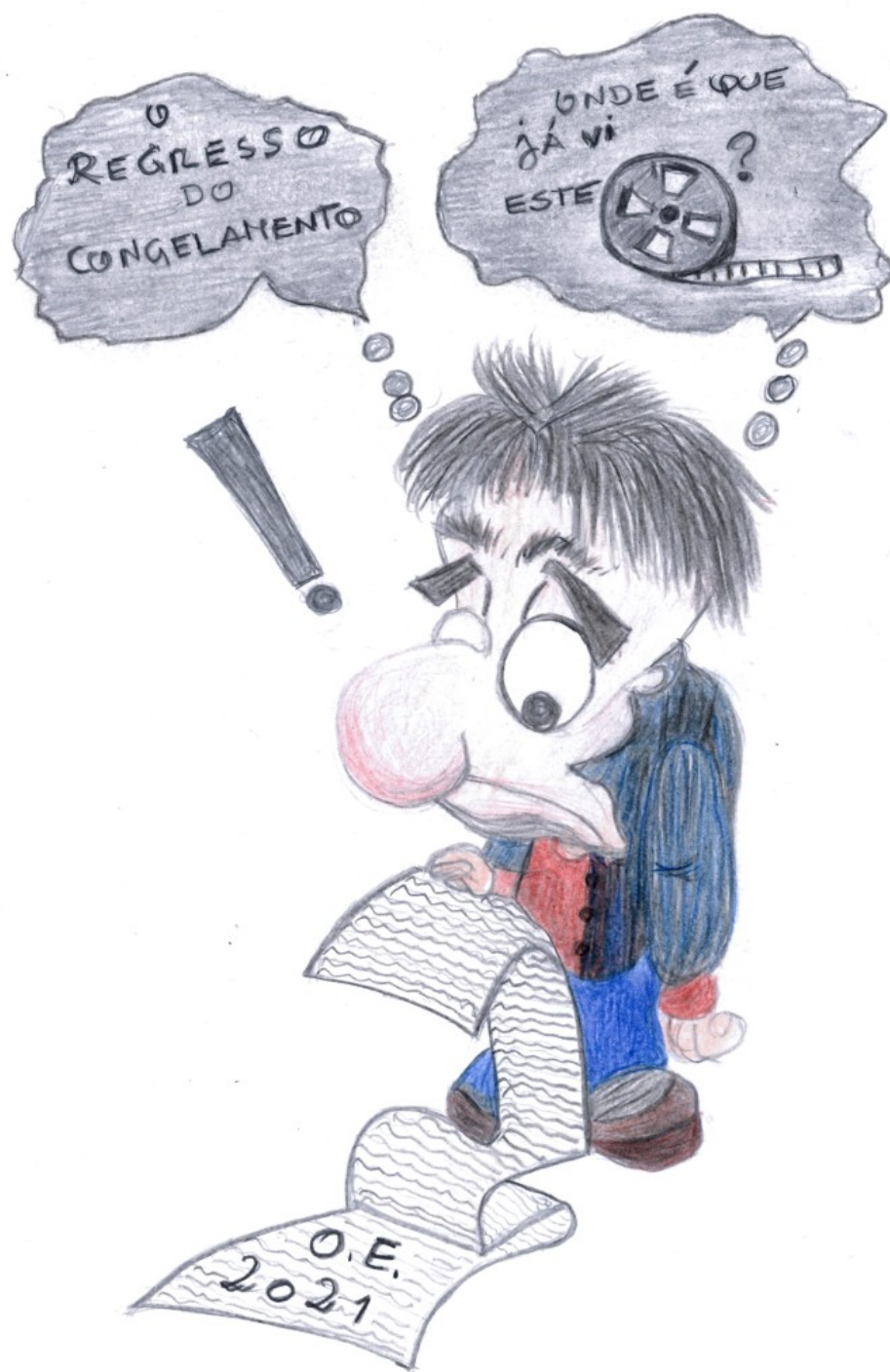


Normas do OE 2021 para a Administração Pública



Orçamento do Estado para 2021 - p. 2-5
Visto na imprensa em setembro- p. 6-9
Legislação de setembro - p. 10
Aconteceu em outubro - p. 10-11
Cultura e lazer - p. 12

INFORMAÇÕES

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

10/2020

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021

Disposições relativas à Administração Pública

A. Negociação Geral Anual

1. A Lei Geral do Trabalho em Funções (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê nos artigos 350.º e seguintes a negociação coletiva sobre o estatuto dos trabalhadores em função pública, que inclui, as seguintes matérias:

- a) Constituição, modificação e extinção do vínculo de emprego público;
- b) Recrutamento e seleção;
- c) Carreiras;
- d) Tempo de trabalho;
- e) Férias, faltas e licenças;
- f) Remuneração e outras prestações pecuniárias, incluindo a alteração dos níveis remuneratórios e do montante pecuniário de cada nível remuneratório;
- g) Formação e aperfeiçoamento profissional;
- h) Segurança e saúde no trabalho;
- i) Regime disciplinar;
- j) Mobilidade;
- k) Avaliação do desempenho;
- l) Direitos coletivos;
- m) Regime de proteção social convergente;
- n) Ação social complementar.

2. Estabelece o art. 351.º que o procedimento de negociação coletiva geral tem a periodicidade anual devendo iniciar-se a partir de 1 de setembro, com a apresentação, por uma das partes, de proposta fundamentada sobre qualquer matéria que integre o referido estatuto. As negociações devem terminar antes da votação final global da proposta de lei de Orçamento do Estado.

3. Nos termos deste preceito, o STE apresentou, no passado dia 1 de setembro, o seu caderno reivindicativo, para 2021.

4. Na sequência da apresentação destas propostas e nos termos do art. 351.º da LTFP (conforme

referido no e-mail de convocatória) fomos convocados para duas reuniões negociais. A primeira decorreu no dia 6 e a segunda no dia 9 de outubro.

5. Na reunião inicial, sem que seja feita referência às propostas apresentadas pelo STE, o Governo apresentou um conjunto de artigos com disposições relativas à Administração Pública a integrar no Orçamento do Estado para 2021.

6. Da análise dos mesmos verificamos que **nenhum destes preceitos integra as matérias**, elencadas no art. 351.º, **cujas negociações com os sindicatos é legalmente exigida.**

7. Acresce, que a generalidade dos preceitos que consta do documento é já recorrente nos sucessivos Orçamentos do Estado entre 2010 e 2020.

8. Está assim esvaziado o conteúdo da negociação coletiva geral anual. Numa fase em que o País enfrenta uma nova crise e em que se pretende que a Administração Pública tenha um papel crucial no plano de recuperação, conforme resulta evidente da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 do Prof. António Costa e Silva. Não podemos concordar com esta estratégia do Governo. Acresce que a promoção e defesa e interesses dos trabalhadores pelas associações sindicais é um direito constitucionalmente consagrado (56.º da Constituição da República Portuguesa).

B. Articulado

9. Não obstante o que se referiu, importa analisar alguns dos preceitos:

a) Art. 15.º - Suprimento de necessidades permanentes dos serviços públicos e combate à precariedade

Carece de esclarecimento como se compatibiliza o previsto neste artigo com o procedimento para preenchimento de posto de trabalho estabelecido

no art. 30.º da LTFP.

b) Art. 16.º - Transferência de serviços para o interior

Sugerimos que seja aditado um número onde se refira expressamente que a transferência de serviços para o interior contempla a possibilidade de obtenção de incentivos pelos trabalhadores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 40/2020, de 17 de julho e a demais legislação subsidiária.

c) Art. 17.º - Duração da mobilidade

Conforme temos vindo a referir, este artigo faz mais uma vez perdurar situações de indefinição.

Desde 2018 que consta dos sucessivos Orçamentos do Estado conteúdo semelhante ao n.º 5. Importa esclarecer quais as situações que se mantêm e qual o fundamento para tal.

d) Art. 19.º - Ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho noturno nas fundações públicas e nos estabelecimentos públicos

Consideramos que deverá ser alterado o Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, aplicável a todos os trabalhadores públicos, repondo-se os montantes de abono de ajudas de custo e de transporte pelas deslocações em serviço público que vigoravam em momento anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro. A não ser assim os trabalhadores públicos continuam, quando deslocados do seu domicílio necessário por motivo de serviço público a ter cortes nos abonos que lhe são devidos para suportar as despesas que realizam.

e) Art. 20.º - Promoção da segurança e saúde no trabalho

O ora formulado resulta de algo que há muito se diz pretender fazer. Realça-se por um lado (1) a importância dada a esta problemática pelo decisor público e pelo legislador, e por outro (2) o ineficaz acompanhamento das necessidades neste âmbito, com custos para a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também com custos de eficácia e eficiência para os serviços públicos que persistentemente continuam a não dispor de serviços de SST, nem de Técnicos Superiores de SST.

Conclusão:

Assim, nesta proposta de disposições assistimos com frequência a repetições do já antes formulado. Não é necessária uma nova norma no Orçamento do

Estado para 2021. Urge apenas que se concretizem as diversas normas/recomendações existentes e que a promoção da segurança e saúde no trabalho passe a ser uma efetiva realidade nos serviços públicos.

f) Art. 21.º - Promoção da inovação e da transição digital na Administração Pública

Esta é uma área em que é evidente a necessidade de investimento.

No entanto, para a compreensão da matéria é essencial que se conheça o "Plano de Recuperação e Resiliência", ainda não disponibilizado.

g) Art. 24.º - Programa de estágio na Administração Pública

Mais uma vez o recurso à precariedade!

No passado verificou-se que a falta de recursos humanos para fazer face às necessidades permanentes dos serviços, foi colmatada com recurso a inúmeros programas de estágio.

O processo de regularização de precários (PREVPAP), iniciado em 2018, ainda hoje não concluído, veio prová-lo.

h) Art. 26.º - Programas específicos de mobilidade e outros instrumentos de gestão

Deve esclarecer-se o que se pretende, a quem se aplica e qual o fundamento do n.º 4.

C. Das remunerações

O STE, propôs uma atualização geral dos salários de 1%. Fê-lo com base na análise dos dados conhecidos até agora sobre os valores da despesa com pessoal.

O Governo não apresentou qualquer contraproposta de atualização salarial, apesar do compromisso assumido, no âmbito da negociação do Orçamento do Estado para 2020 e dos aumentos da base remuneratória da Administração Pública, de que o aumento salarial mínimo, para a generalidade dos trabalhadores públicos, seria de 1% e da atualização das perspetivas económicas e orçamentais 2020-2024, pelo Conselho de Finanças Públicas e publicadas em 17 de setembro, onde se prevê para 2021 uma inflação de 0,7%.

O STE fez contas:

Para 2020, o impacto das progressões e promoções

na despesa com o pessoal é de **527** milhões de euros. Este resultado deriva de: 1) **252** milhões de € proveniente do efeito da contagem de parte do tempo congelado (entre 2011 e 2017) dos professores e de carreiras especiais ao abrigo dos D.L. n.º 36/2019 de 15 de março e do D.L. n.º 65/2019 de 20 de maio; 2) **230** milhões de € do descongelamento de

carreiras, iniciado em 2018, referente à alteração da posição remuneratória dos trabalhadores que obtiveram 10 pontos no processo de avaliação de desempenho, e cujas progressões foram alvo de cortes em 2018 e 2019; 3) **45** milhões de € em promoções.

Quadro – Impacto na Despesa com o Pessoal da A

(Atualização do Comunicado do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública)

19 de fevereiro de 2020

Em milhões de €	2018	2019	2020*	2021*
1. Progressões + Promoções	294	540	527	395
2. Outros fatores (rev carreiras + outros direitos)	171	125	120	
3. atualização salarial na função pública			95	
4. Aumento do número de efetivos			112	
5. Aumento salarial excecional - pandemia (OE Supl 2020)			50	
5. Progres. + Promoções + Outros (soma de 1. a 5.)	465	665	904	

*Valores provisórios. O ponto 5 diz respeito à concessão de um prémio de 50% do vencimento atribuído aos profissionais de saúde aprovado no OE-2020 Suplementar.

O que se conhece para **2021** (Programa de Estabilidade de 2019) é que a despesa resultando do efeito das progressões e promoções está avaliada em **395** milhões de €, bastante inferior a 2020. No entanto, o impacto na despesa com as progressões dos professores e de carreiras especiais (**302** milhões de €) é superior ao registado em 2020. O efeito do descongelamento de carreiras é de **48** milhões de €, valor significativamente menor do que em 2020 e, finalmente as promoções têm um impacto de **45** milhões de € (igual ao de 2020).

Entretanto, a atualização do valor da nova base remuneratória para a AP (BRAP) para 645,07€ em 2020 (+10€); a subida do valor do nível 5 da TRU, para 693,13€ (+10€) e o acréscimo salarial de 0,3% para os restantes níveis salariais tiveram um impacto na despesa com o pessoal de **95** milhões de €.

Quanto ao impacto na despesa do recrutamento de 8.400 profissionais no sector da saúde, já previstos no OE-2020, para o conjunto dos anos de 2020 e 2021, o valor é de **112** milhões de € para 2020. Só que o reforço de efetivos só foi decidido no

Conselho de Ministros do passado dia 1 de outubro, portanto o **impacto orçamental desta medida (112 milhões de €) poderá estar sobrevalorizado, porque tende a ser implementada só no final deste ano.**

Assim, o impacto destas medidas no total da despesa com o pessoal em 2020 é de **904 milhões de € (0,5% do PIB)** já com a inclusão do prémio salarial atribuído aos profissionais e saúde decidido em meados deste ano, durante a pandemia. O peso das progressões e promoções é de **58%** (cujos 28% dizem respeito aos professores e às carreiras especiais). A atualização salarial dos funcionários públicos tem sido o parente pobre nos últimos anos, a qual representa apenas **11%** do impacto na despesa com o pessoal.

Este facto é da maior importância, visto que os técnicos superiores e um grande número de assistentes técnicos, os mais especializados e mais habilitados do ponto de vista académico e profissional não viram os seus salários atualizados durante uma década (2010-2019) e só tiveram um aumento exíguo em 2020 (0,3%).

Se se quiser atrair mais jovens qualificados para a AP, rejuvenescendo-a e evitar que estes emigrem para outras paragens, o Governo terá que valorizar os funcionários públicos e dotá-los de uma maior qualificação para enfrentar os elevados desafios da próxima década.

O Governo tem a obrigação de mostrar os seus Quadros atualizados para se poder aferir da existência ou não de alguma margem de manobra para aumentos salariais em 2021 porque a transparência e a divulgação atempada dos dados fazem parte do processo negocial. Torna-se muito difícil negociar sem ter estatísticas concretas. Até porque, a despesa com o pessoal da AP tem vindo a ser sucessivamente revista em alta, dificultando uma análise objetiva desta temática.

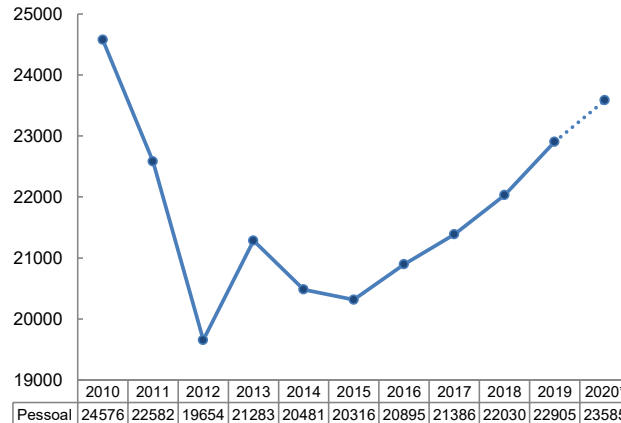
Em fevereiro de 2020, o Governo estimava que a despesa com o Pessoal da AP em 2020 iria crescer 3,8% face a 2019; ora, neste momento (levando em linha de conta a despesa inscrita no OE-2020 Suplementar, de 23 585 milhões de € em 2020)

esta representa um crescimento de 3% em termos homólogos, equivalente a uma desaceleração face a 2019 (a qual aumentou 4% face a 2018).

Porquê que a despesa com o pessoal da AP de 2019 (de 22 905 milhões de €, segundo o INE) é superior em 204 milhões de € à que estava figurada no OE-2020 para aquele ano? O processo de avaliação é uma necessidade permanente de boa gestão de dinheiros públicos e, portanto, o Governo tem a obrigação de explicar estas constantes discrepâncias, sob pena de deixarmos de ter confiança nos próprios governantes. Isto é muito importante, sobretudo porque estamos a aproximar-nos de um período onde se esperam elevadas subvenções comunitárias. O escrutínio faz parte dos desígnios da democracia.

A despesa com o pessoal da Administração Pública prevista para 2020, apesar de ter registado um movimento ascendente nos últimos anos, ainda se situa em quase **mil milhões de euros abaixo** da registada em 2010 (-4%) (Gráfico).

Gráfico – Despesa com o Pessoal da AP (Em milhões de euros)



Fonte: INE, até 2019. * Valor do MF do OE-2020, Suplementar, Junho de 2020.

Em síntese:

“Não se pode sair da atual crise à custa das pessoas, dos seus salários e do empobrecimento.” O esforço deve ser na procura de soluções para uma Administração Pública mais qualificada, capaz de servir os cidadãos e as empresas. Continuaremos a aguardar que o Governo apresente, relativamente às matérias elencadas pelo STE, propostas e respetiva calendarização para que ocorra um efetivo processo negocial e

se torne evidente o que o Governo quer afinal para Administração Pública.

Os trabalhadores não ignoram que têm pela frente grandes desafios com a transição digital. O Governo não pode continuar a ignorar esta realidade. As mudanças exigem investimento nas pessoas e equipamentos. A transição digital só poderá ser um sucesso com os trabalhadores qualificados, motivados e bem remunerados. Esta é a nossa janela de oportunidade!



Visto na imprensa em setembro



Administração pública da Madeira perde 131 funcionários

In Diário de Notícias da Madeira | 01-09-2020



402 trabalhadores integrados no quadro da Administração Pública Regional este ano

402 trabalhadores integrados no quadro da Administração Pública Regional 402 trabalhadores foram integrados no quadro da Administração Pública Regional ou de empresas públicas este ano, no âmbito do processo de regularização definido no Decreto Legislativo Regional aprovado pela Assembleia Legislativa

In Diário dos Açores | 01-09-2020



OE 2021. Medidas já previstas agravam défice em 1,9 mil milhões

Quadro de políticas invariantes não inclui medidas que venham a ser tomadas no âmbito da covid-19 e medidas one-off, bem como negociações com os partidos. Ministério liderado por João Leão entregou no Parlamento documento com várias medidas que serão incluídas no Orçamento do Estado de 2021 e que prevê um agravamento do saldo orçamental em 1950 milhões de euros

In Diário de Notícias Online | 01-09-2020



Descongelamento das carreiras faz receitas da CGA aumentarem acima do previsto

durante o 1.º semestre - CFP

A receita da CGA aumentou 4,4% no primeiro semestre deste ano, acima do crescimento de 1% previsto para o conjunto do ano, sendo este comportamento parcialmente devido ao aumento das contribuições em resultado do descongelamento das carreiras

In Destak Online | 03-09-2020



Saldo da Segurança Social recua 1.813 ME para 269 ME no 1.º semestre - CFP

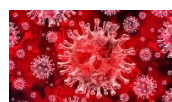
A Segurança Social registou um excedente de 269 milhões de euros até junho, valor que traduz uma redução de 1.813 milhões de euros face ao período homólogo de 2019 e reflete o impacto da covid-19, segundo o CFP

In Destak Online | 03-09-2020



Publicado diploma que transfere para as câmaras municipais competências na ação social

In Cidade de Tomar | 04-09-2020



A partir de hoje, doentes com Covid-19 recebem baixa a 100%

A partir desta sexta-feira, a Segurança Social vai pagar 100% da remuneração durante a baixa aos doentes com Covid-19, por um período máximo de 28 dias, tal como previsto no Orçamento Suplementar. A partir desta sexta-feira, os trabalhadores que tenham de cumprir o isolamento profilático recebem

ADSE"

Quase a completar um ano com a tutela do subsistema de saúde dos funcionários do Estado, Alexandra Leitão, ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, faz um balanço positivo do trabalho feito

In Expresso Online | 11-09-2020



Função pública forçada a mudanças até 60 km

In Correio da Manhã | 12-09-2020



Funcionários públicos podem ser colocados em outro local de trabalho

Os funcionários públicos que não estejam em teletrabalho podem ser colocados em locais diferentes do seu habitual posto de trabalho, por imposição do empregador, em resposta às necessidades de prevenção da pandemia de covid-19, indicou a DGAEP

In Comunidades Lusófonas Online | 12-09-2020



Função Pública 'forçada' a mudanças laborais até 60 quilómetros de distância

Mudança só pode ser "imposta" para garantir melhor resposta à pandemia e terá "proximidade" como critério. Os funcionários públicos que não estejam em teletrabalho podem ser colocados em locais até 60 quilómetros do habitual posto de trabalho

In Correio da Manhã Online | 12-09-2020



ADSE vai ser alargada a todos os trabalhadores do Estado

O Governo pretende abrir, até ao final do ano, o subsistema de saúde dos funcionários públicos aos contratos individuais de trabalho adianta, em entrevista ao Expresso, a ministra da Modernização do

Estado e da Administração Pública Tem um caderno preto onde anota a informação importante sobre a ADSE, o subsistema de saúde dos funcionários públicos, cuja tutela 'herdou' no final do ano passado

In Expresso Online | 12-09-2020



Em dois meses, 915 antigos precários do Estado inscreveram-se na ADSE

O período extraordinário para os ex-precários do Estado se inscreverem na ADSE arrancou no início de julho e estende-se até ao final do ano. Depois de ter aberto, em julho, o período extraordinário de inscrição na ADSE para os trabalhadores que constituíram novo vínculo de emprego público no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), já 915 pediram para aderir ao subsistema de saúde

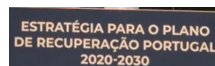
In ECO - Economia Online | 14-09-2020



Governo mantém atualização anual de salários na função pública

Lisboa, 13 set 2020 (Lusa) -- O Governo mantém o objetivo de atualização anual dos salários da função pública no projeto de proposta de lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021, assim como a implementação de uma política de pré-reformas setorial

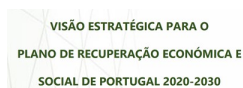
In Human Resources Portugal Online | 14-09-2020



Costa Silva: "Ainda bem que o modelo das ideias ultraliberais não vingou"

O professor do Técnico insistiu na ideia de que "não é o mercado que nos vai salvar, é o Estado". Costa Silva reitera ainda necessidade de requalificar a administração pública. António Costa Silva voltou a defender que será o Estado, e não o mercado autorregulado, que nos poderá salvar dos efeitos nefastos da crise pandémica e que para Portugal responder de forma mais eficaz aos problemas presentes e desafios futuros é fundamental apostar

na qualificação das pessoas e na requalificação da administração pública



Plano de Costa Silva - Como

será o Portugal de 2030?

In i | 16-09-2020



UTAO avisa que dotação orçamental da saúde "poderá não ser suficiente"

Os técnicos do Parlamento consideram que, face à execução até julho, o orçamento da saúde "pode não ser suficiente", mesmo depois do reforço feito com o Orçamento Suplementar. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) mostra-se preocupada com a evolução do orçamento da saúde, temendo que não tenha as verbas necessárias até ao final do ano

In ECO - Economia Online | 16-09-2020



Costa Silva diz que Administração Pública não tem carreiras interessantes

António Costa Silva diz que a Administração Pública não tem carreiras interessantes e que os trabalhadores estão desmotivados. O consultor do Governo foi ao Parlamento explicar a visão estratégica que desenhou para o país

In RTP Online | 16-09-2020



Quebra da receita fiscal até julho foi o dobro da estimada no Orçamento Suplementar

Orçamento Suplementar contava com uma quebra da receita fiscal de 7,5%. A UTAO realça que este decréscimo foi de 14% até julho, penalizando a receita total, que também diminuiu 8,9 pontos percentuais mais do que o previsto

In Jornal Económico Online (O) | 16-09-2020



UTAO. Fisco pode nunca vir a recuperar parte dos impostos adiados

Medidas para manter economia à tona já custaram mais de dois mil milhões. Défice no primeiro semestre terá chegado a 5,8% do PIB, mas pode ser pior. O Estado poderá ficar sem receita de impostos e contribuições que foram prorrogados devido à pandemia de covid-19

In Dinheiro Vivo Online | 17-09-2020



OE2021: AEP quer liquidez, trabalho e investimento

A associação liderada por Luís Miguel Ribeiro tem um extenso plano de propostas para o Orçamento. A reindustrialização é o pano de fundo. A Associação Empresarial de Portugal (AEP) vai apresentar uma série de propostas a incluir no Orçamento do Estado para 2021, das quais constam medidas que incidem diretamente sobre três grandes temas: liquidez; manutenção e criação de postos de trabalho; e capitalização e investimento

In Jornal Económico Online (O) | 17-09-2020



Sondagem política

No último mês, o Presidente da República reforçou os níveis de aprovação junto dos eleitores. É o que mostra o quarto capítulo da sondagem Aximage para a TSF e Jornal de Notícias, referendo ao mês de setembro

In TSF - Notícias | 21-09-2020



Acusações de favorecimento na função pública motivam acesa discussão entre PSD e PS

Um projeto de resolução do PS para a formação profissional dos funcionários públicos acabou por gerar uma acesa discussão entre as bancadas de PSD e PS, depois dos socialistas terem aludido ao "cartão laranja" para a entrada de alguns trabalhadores nas respetivas funções

In JM Online | 30-09-2020



LEGISLAÇÃO - SETEMBRO 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020 - Diário da República n.º 178/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-09-11142601170

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Decreto-Lei n.º 70/2020 - Diário da República n.º 181/2020, Série I de 2020-09-16142961481

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o

fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

Declaração n.º 1/2020/M - Diário da República n.º 173/2020, Série I de 2020-09-04141855037

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Conta de 2018 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

Aconteceu... em outubro

- 01 **1908**-O Ford T, primeiro modelo automóvel produzido em grande número para o público em geral, lançado pelo americano Henry Ford começou a ser vendido nos Estados Unidos da América, tornando-se no primeiro automóvel popular da história.
- 02 **1931**-Inaugurado em Madrid o I Congresso de Cinema, com representantes de 13 países hispano-americanos.
- 03 **1929**-O Reino, dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, criado após a Primeira Guerra Mundial, passou a chamar-se oficialmente Jugoslávia.
- 04 **1582**-O Papa Gregório XIII decretou a reforma do calendário, que ficaria conhecida por Gregoriana. O dia seguinte seria o dia 15 de Outubro de 1582. A Inglaterra, os seus domínios, e as suas colónias, só adoptaram a reforma, abandonando o calendário Juliano, em 1752, a Rússia só em 1917.
- 05 **1905**-Os irmãos *Wright* realizam o primeiro voo circular do mundo.
- 06 **2010**-Foi criado o *Instagram*, um aplicativo tradicional de partilha de fotos.
- 07 **1949**-Fundação da República Democrática Alemã, na zona ocupada pelo exército soviético na Alemanha.
- 08 **1600**-San Marino adotou a constituição que é usada atualmente.
- 09 **1582**-Devido à implementação do calendário gregoriano, este dia não existe neste ano na Itália, Polónia, Portugal e Espanha.
- 10 **2003**-Cientistas testaram a teoria da gravidade de Einstein através da sonda Cassini.
- 11 **1968**-Lançamento da Apolo 7, nave espacial tripulada americana que orbitou pela primeira vez a Lua.
- 12 **1492**-Cristóvão Colombo chegou à ilha de São Salvador, nas Bahamas, convencido de que tinha chegado à Índia.

- 13 **1884**-O meridiano de Greenwich tornou-se a hora universal, isto é, o ponto de referência para determinação dos fusos horários.
- 14 **1964**-Aos 35 anos, o norte-americano Martin Luther King torna-se a pessoa mais jovem a receber o Prémio Nobel da Paz.
- 15 **1917**-Mata Hari (1876-1917) foi executada em Vincennes, condenada por espionagem em favor da Alemanha.
- 16 **1798**-Hipólito José da Costa embarca para os Estados Unidos com a tarefa de conhecer novas técnicas industriais aplicadas pelos norte-americanos e levá-las para Portugal.
- 17 **1992**-A Assembleia Geral da ONU definiu este dia como dia Internacional para a erradicação da pobreza. O objetivo era criar a consciência da importância de erradicar a pobreza e a indigência em todos os países do mundo.
- 18 **1945**-Teve início o julgamento de Nuremberga, em que foram pronunciados 24 antigos dirigentes nazis. O julgamento durou 10 meses.
- 19 **1967**-A sonda Mariner 5 sobrevoou o planeta Vénus
- 20 **1822**-Realização em Verona de um Congresso internacional que decidiu a intervenção de forças militares da Santa Aliança, nos países italianos e em Espanha que tinham tido em 1820 revoluções liberais. Portugal por força da sua aliança com a Inglaterra foi poupado à intervenção estrangeira.
- 21 **2008**-Foi lançado o sistema operacional móvel Android.
- 22 **1909**-A aviadora francesa Élise Deroche foi a primeira mulher a fazer um voo sozinha.
- 23 **1973**-A meio-soprano Shirley Verrett entrou para a história do canto lírico ao desempenhar, na mesma récita, as duas heroínas de Les Troyens (Berlioz), Cassandra e Dido.
- 24 **1945**-Criação da ONU (Organização das Nações Unidas).
- 25 **1993**-Foi realizada por pesquisadores da Universidade George Washington, nos EUA, a primeira clonagem de embriões de seres humanos.
- 26 **1969**-Realizaram-se as primeiras eleições após a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, no cargo de Presidente do Conselho. Foram eleitos deputados Pinto Leite, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Miller Guerra que formaram a chamada «Ala Liberal» da Assembleia Nacional. A oposição contestou em bloco os resultados eleitorais.
- 27 **1807**-A França, governada por Napoleão Bonaparte, e a Espanha de Carlos IV assinaram o Tratado de Fontainebleau, que preparou a 1.ª Invasão Francesa de Portugal. Portugal foi repartido em três áreas, sendo que Napoleão Bonaparte nunca teve intenção de pôr em prática o Tratado.
- 28 **1918**-A República da Checoslováquia foi fundada unificando três províncias do antigo império austro-húngaro - a Boémia, a Morávia e a Eslováquia.
- 29 **1945**-A primeira caneta esferográfica foi vendida pela loja de departamento Gimbell's, em Nova Iorque, por 12 dólares.
- 30 **1925**-O inventor escocês John Logie Baird fez a primeira transmissão de uma imagem em movimento na televisão.
- 31 **1794**-O físico e químico inglês John Dalton descobriu uma anomalia ótica que impede a pessoa de distinguir certas cores, principalmente o vermelho e o verde, ficando conhecida como daltonismo.



A POESIA DE AMÁLIA

MOSTRA | 15 out. - 15 dez. '20 |
Sala de Referência | Entrada livre



Fonte: http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1581%3Aamostra--a-poesia-de-amalia--15-out-15-dez-20&catid=171%3A2020&Itemid=1584&lang=pt

PROTOCOLOS

O GRUPO “a farmácia”

O GRUPO “a farmácia”, é constituído pelas farmácias:

FARMÁCIA UNIÃO, NIF 500 832 412, com sede na Estrada de Benfica, n.º 592-594, 1000-107 Lisboa;
FARMÁCIA PINTO LEAL, NIF 504 822 632, com sede na Av. Américo Ferrer Lopes, 1A, 2745-862 Massamá;
FARMÁCIA DOMUS, NIF 508 334 667, com sede na Rotunda Laura Aires, n.º 3, Loja C, 2745-998 Massamá;
FARMÁCIA SALUTAR, NIF 508 958 091, com sede na Rua Conde Redondo, n.º 9 A, 1100-101 Lisboa;
FARMÁCIA SOUSA, NIF 509 103 774, com sede na Estrada de Benfica, n.º 429 A, 1000-078 Lisboa;
FARMÁCIA SANTA CRUZ, NIF 506 837 955, com sede na Av. Gomes Pereira no 34 B, 1000-303 Lisboa;
FARMÁCIA UNIÃO (CAMPO OURIQUE), NIF 513 678 271, sede na R. Saraiva de Carvalho, 145 F, 1350-300 Lisboa;
FARMÁCIA DUQUE D'ÁVILA, NIF 502 833 840, com sede na Av. Duque de Ávila, n.º 32 C/D, 1000-141 Lisboa;
FARMÁCIA PALMA, NIF 513 046 909, com sede na R. D. Estefânia 197-B/C 1000-105 Lisboa;
FARMÁCIA MELO ALMEIDA, NIF 510 029 310, com sede na R. Diogo do Couto 10C, 2795-070 Linda-a-Velha;
FARMÁCIA PALMEIRIM, NIF 510 069 797, com sede na Av. República Bloco 3, Loja A/B, 2515-800 Sobreda.

CONDIÇÕES GERAIS

Os sócios, colaboradores e familiares, poderão beneficiar de:

O Grupo “a farmácia” pretende oferecer as seguintes condições na aquisição de medicamentos e outros produtos de farmácia:

- Receitas médicas - 10% de desconto no valor a pagar.

Exceção: em medicamentos de receita médica com PVP superior a 69,03 €, 10% de desconto sobre o Valor a Pagar até um máximo de 5,00€ por unidade (salvo alterações na Legislação).

- Medicamentos não sujeitos a receita médica - 10% de desconto sobre o PVP (cumulativo com promoções, salvo exceção);
- Produtos de Dermocosmética, Higiene, Puericultura, Veterinária, Fitoterapia, Dietética, Homeopatia, Ortopedia, outros - 10% de desconto sobre o PVP (cumulativo com promoções, salvo exceção).
- Serviços farmacêuticos nas farmácias (consultas de nutrição, etc.) - 10% de desconto.

ACESSO AOS MEDICAMENTOS

O beneficiário dirige-se diretamente a qualquer farmácia do Grupo “a farmácia”, apresentando um dos documentos de identificação acima referidos.

O beneficiário solicita os produtos por e-mail profissional (preferencialmente) encomendas@afarmaciaonline.pt, telefone 217111072, WhatsApp 961914850, fax 217111074 ou pelo website www.afarmaciaonline.pt. Encomendas até às 12h serão entregues no mesmo dia até às 18h (2ª a 6ª, dias úteis), salvo imprevisto, nas instalações do STE ou outro local (mediante disponibilidade) nos concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras, Loures, Sintra, Cascais. Poderão ser feitos envios por correio Expresso para outras zonas do país, sujeito a portes.

Em caso de receita, será necessário uma cópia e/ou digitalização da mesma (se for em modelo anterior a 1 de Abril 2016) e é indispensável a entrega do original aquando da disponibilização dos medicamentos.

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento dos medicamentos e/ou produtos solicitados ao Grupo “a farmácia” poderá ser feito das seguintes formas:

- No ato da compra nas instalações das farmácias do Grupo “a farmácia” através de numerário, cheque ou multibanco.
- Em caso de entrega nas instalações do STE ou outro local combinado: Após o pedido feito, este é processado e receberá um e-mail (Compra Fácil - noreply@comprafacil.pt, noreply@hipay.pt ou da Farmácia) com a referência MB para pagamento (três dias de validade).

SINDICATO DOS
QUADROS TÉCNICOS DO
ESTADO E ENTIDADES
COM FINS PÚBLICOS

Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt

Horário de atendimento:
2ª, 4ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel. e Fax: 266 744 771
evora@ste.pt

Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:

925494067/925494065
algarve@ste.pt

Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt

Tel. Móvel: 961724137
Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçalves, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt

Tel. Móvel: 961879731
Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo

Tel. e Fax: 295 217 079
acores@ste.pt

Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal